



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

MARIA EDUARDA SOUZA DA SILVA

**IMPACTO DE UMA OBRA HIDRICA NO MUNICIPIO DE ITATUBA –
PB:A FORMAÇÃO DE UM HIDROTERRITÓRIO DE LUTA.**

**CAMPINA GRANDE
2023**

MARIA EDUARDASOUZA DA SILVA

**IMPACTO DE UMA OBRA HIDRICA NO MUNICIPIO DE ITATUBA –
PB:A FORMAÇÃO DE UM HIDROTERRITÓRIO DE LUTA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação Departamento do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Geografia.

Área de concentração: Geografia

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Valéria Raquel Porto de Lima

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Maria Eduarda Souza da.
Impacto de uma obra hídrica no município de Itatuba - PB
[manuscrito] : a formação de um hidroterritório de luta / Maria
Eduarda Souza da Silva. - 2023.
34 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Valéria Raquel Porto de Lima,
Departamento de Geografia - CH. "
1. Barragem de Acauã. 2. Território. 3. Água. 4.
Hidroterritório. I. Título

21. ed. CDD 333.7

MARIA EDUARDA SOUZA DA SILVA

IMPACTO DE UMA OBRA HIDRICA NO MUNICIPIO DE ITATUBA - PB:
A FORMAÇÃO DE UM HIDROTERRITÓRIO DE LUTA.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada a Coordenação
Departamento do Curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Graduação
em Geografia.

Área de concentração: Geografia

Aprovada em: 27/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Valéria Raquel Porto de Lima

Prof. Dr^a. Valéria Raquel Porto de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Faustino Moura

Prof. Me. Faustino Moura
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Priscila Bastos Maciel do Nascimento

Prof^a. Dr^a. Priscila Bastos Maciel do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste curso, por nunca ter desistido de mim. Agradeço pelo dom da vida e pela minha saúde.

A Prof. Dr^a. Valéria Raquel, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. Obrigada, professora. Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

A minha mãe, M^a de Fátima, meu pai Cícero Francisco e minhas irmãs M^a Fernanda e M^a Vitoria, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao meu noivo Adriano Ribeiro que sempre esteve comigo do momento da minha matrícula neste curso, até hoje me dando forças e incentivado, sempre me mostrando que sou capaz, obrigada por tudo meu amor.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, que me compreenderam quando tive que ficar ausente. Obrigada pela amizade e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Aos meus amigos que a faculdade me deu Joel Gurjão, Eliane Cândido e Jonas Nascimento .Não sei o que seria de mim nesta faculdade sem vocês, obrigada por tudo, espero que nossa amizade seja duradoura mesmo após perdermos o contato diário.Vocês foram essenciais na minha formação.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado e as pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

RESUMO

A construção da Barragem Argemiro de Figueiredo (conhecida como Barragem de Acauã), no estado da Paraíba, desencadeou vários conflitos acerca da gestão do território no represamento da água sua utilização durante os períodos de estiagem. A proposta do projeto da barragem encheu de esperança os moradores das comunidades, pois, para eles, dias melhores estavam por vir: promessa de trabalho, abundância de água e melhor qualidade de vida da população. Esse artigo tem como objetivo identificar os impactos das obras hídricas no Sítio Melancia, localizado no município de Itatuba- Paraíba, onde está localizada a Barragem de Acauã. A pesquisa buscou avaliar como ocorreu a formação do hidrotérrio de luta através da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens no Sítio Melancia -MAB. A pesquisa realizada é de caráter descritivo e qualitativo, fazendo análises em trabalhos acadêmicos e bibliografias relacionadas ao tema referido. Também foram realizadas algumas visitas ao reassentamento para a coleta de dados, pesquisas secundárias e a participação em algumas reuniões. A barragem foi inaugurada em 2002 e, mesmo com 21 anos de fundação, a população afetada que já vivenciou muitos descasos ao longo desses anos, segue com algumas dificuldades, como o não cumprimento do governo estadual nas indenizações justas pelas perdas pela inundação. As famílias foram indenizadas apenas pelas casas e não pelas propriedades produtivas, além disso tiveram suas casas de alvenaria trocadas por casas de placas de cimento e não terem como recorrer a esse descaso. Os atingidos se reuniram para recorrer pelos seus direitos e foi assim que começou a atuação do MAB na comunidade. Após 20 anos de lutas, o MAB teve uma conquista histórica: a Agrovila Acauã, que deu a possibilidade para 100 famílias atingidas retomem as suas atividades de plantio.

Palavras-chave: Barragem de Acauã.Território.Água.Hidrotérrio

ABSTRACT

The construction of the Acauã Dam in the state of Paraíba triggered several conflicts over the management of water in the reservoir to be stored during the dry season. The proposed project of the Argemiro de Figueiredo Dam filled the residents of the communities with hope, because for them better days were ahead, a promise of work, abundance of water and an improvement in the quality of life of the population. However, this construction did not preserve the memories and phenomenology of the people who lived there before this work. This article aims to identify the impacts of the waterworks in Sítio Melancia, located in the municipality of Itatuba - Paraíba. The research sought to evaluate how the formation of the hydro-territory of struggle occurred through the actions of the Movement of People Affected by Dams in Sítio Melancia -MAB. The research is descriptive and qualitative in nature, analyzing academic works and bibliographies related to the theme. Some visits to the resettlement were made for data collection, secondary research and participation in meetings. The dam was inaugurated in 2002, and nowadays it is 21 years old. The affected population has experienced many neglects along these years, at the beginning, the non fulfillment by the state government of fair compensations for the losses, for the flooding, for being compensated only for the houses and many people losing productive properties, and having their brick houses replaced by panel houses and having no way to appeal against this neglect. The affected people got together to appeal for their rights and this is how MAB's work in the community began. After 20 years of struggles, MAB had a historic achievement, which was the agrovila Acauã, giving the possibility for 100 families that were affected to return to their planting activities.

Keywords: Acauã Dam.Territory.Água(Water).Hydro territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fase de construção da barragem.....	25
Figura 2 – Fase de construção da barragem.....	25
Figura 3 – Algumas casas de placa.....	26
Figura 4 – Sangria da barragem.....	26
Figura 5 – Famílias atingidas pela barragem de Acauã, na Paraíba, organizadas no MAB, conseguem terra para reassentamento após mais de 18 anos de luta.....	28
Figura 6 – Em 2005, as famílias atingidas marcharam de Campina Grande a João Pessoa, capital da Paraíba. Foram mais de 130km em luta por direitos.....	28
Figura 7 – Primeira ocupação na luta pela terra e do reassentamento na fazenda Mascate município de Itatuba, em 2009.....	29
Figura 8 – Em reunião com governo da Paraíba, andamento da construção da Agrovila foi discutido com atingidos.....	30
Figura 9 – Atingidos e atingidas entregam produção de agrovila para o governador	30
Figura 10 – O governador João Azevêdo assina, em Itatuba (PB), a ordem de serviço para a construção da Agrovila Águas de Acauã.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DNOCS Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB Movimento dos Atingidos por Barragens.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OS IMPACTOS DESENCADEADOS POR OBRAS HÍDRICAS.....	12
2.1	A formação dos hidroterritórios em decorrência das obras hídricas.....	16
2.1.1	<i>Hidroterritório de luta: atuação do MAB</i>	23
3	METODOLOGIA	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1	Identificação dos impactos da construção da barragem de Acauã no Sítio Melancia – PB	24
4.2	Sítio Melancia: hidroterritório de luta.....	27
5	CONCLUSÃO	32
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A água é um recurso natural indispensável na vida de todos os seres vivos do planeta. Na história evolução humana, a água apresenta diferentes importâncias cultural, econômicas e sociais. Em geral, os locais escolhidos para assentar povos são próximos a margens de rios e lagos por esses locais possuírem boa fertilidade para produção de alimentos e para dessedentação dos animais e humanos.

O homem e sua apropriação técnica, por exemplo, conseguiu desenvolver obras de barramento e transporte de água, como a construção de barragens, que são usadas para os diversos fins, mas, sobretudo visa resolver o problema da escassez de água no período de seca de determinadas regiões (FERREIRA NETO; SILVA; PEREIRA, 2012).

Outro exemplo de apropriação da técnica para construção de obras hídricas é o projeto de integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste, sendo um grande investimento no campo das políticas de recursos hídricos para o Nordeste brasileiro. Os Estados que são e serão beneficiados com as obras estão organizando suas estruturas com obras hídricas que viabilizam a distribuição de água nos territórios.

No estado da Paraíba, a construção do canal Acauã/Araçagi é um exemplo de investimento no campo das políticas de recursos hídricos. A proposta prevê a construção de um canal que levará água do Açude de Acauã, no rio Paraíba, para o rio Camaratuba, no município de Curral de Cima - PB.

Além das transformações físicas da obra hídrica por onde o canal passa, existem os conflitos que se dão no âmbito de uma gestão da água. As transformações econômicas, sociais e ambientais da construção desse canal são complexas, desde a construção até ao seu pleno funcionamento, botando em risco a qualidade de vida e o modo de vida das comunidades que viviam a beira desses rios e que foram desapropriados para construção dessa grande construção hídrica.

2 OS IMPACTOS DESENCADEADOS POR OBRAS HÍDRICAS

A deterioração do meio ambiente causado pelo homem está cada vez mais intensa com os processos de crescimento econômico que demandam obras de infraestrutura e de uma grande logística. Vale destacar que não é uma questão atual o fato de que o homem vem degradando o meio ambiente no processo de retirada dos estoques de recursos naturais num montante muito maior do que a sua capacidade de recuperação. No entanto, os impactos causados sobre o meio ambiente, através da degradação humana são nítidos no processo de produção e organização do espaço.

Essas mudanças, incluindo os casos em que o impacto provoca alterações favoráveis na natureza causada pela ação antrópica, são chamadas de impactos ambientais negativos. Segundo Tommasi (1994, p.19), impacto ambiental pode ser determinado como “uma alteração física ou funcional em qualquer dos componentes ambientais. Essas alterações podem ser qualificadas e, muitas vezes, quantificadas. Pode ser favorável ou desfavorável ao ecossistema ou a sociedade humana.”.

Porém Coelho (2001, p.24) relaciona o impacto ambiental às transformações da relação sociedade-natureza com o passar do tempo. Para a autora, “impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas causadas por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente.”.

Deste modo, entendem-se os impactos e as consequências sociais sofridas pelo homem na reprodução do espaço como local de vivência. Nesta perspectiva, pode-se considerar que os impactos ambientais são causados pela ação do homem ao tentar interferir no equilíbrio dinâmico da natureza, causando perturbações e desestruturando o ambiente através da implantação de empreendimentos, seja em grande escala, como a construção de uma usina hidrelétrica para geração de energia, seja em uma escala menor, como a construção de um reservatório de água para abastecer pequenas cidades.

Para exemplificar uma grande obra hídrica, sendo considerada uma das maiores obras, temos a construção da Itaipu Binacional, que foi iniciada por volta da década de 1970, época em que o Brasil se acentuou por ser uma das nações que mais cresciam no mundo, com o aumento significativo de indústrias nacionais e uma

mão de obra relativamente mais baixa ao ser comparada com as outras. Tudo isso fez crescer o interesse internacional no país e, com todo esse desenvolvimento e crescimento populacional que na época com pouco mais de 70 milhões de habitantes, estudos previam um colapso energético para o país em poucos anos caso a taxa de crescimento continuasse no mesmo ritmo. Isso fez acender um alerta da necessidade urgente de aumentar a capacidade energética do país, o que se tornou prioridade da época.

Equipes de estudos foram contratadas a fim de iniciar pesquisas analisar e encontrar um projeto que fosse suficientemente grande para suprir as demandas energéticas de toda a população num período de 50 anos, e atender às regiões sul e sudeste do Brasil, os centros econômicos do país. Porém, apesar da sua importância, a obra trouxe uma série de problemas estruturais para a localidade onde foi construída: muitas famílias foram desabrigadas; aumento significativo da população na cidade da construção, sendo necessária a ampliação de escolas e hospitais para poder atender a demanda das famílias; alteração do curso natural do rio; interferência na migração dos peixes e alterações na fauna e flora do rio.

Vale ressaltar que foi a partir da construção da Itaipu Binacional que surgiram as primeiras reuniões do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). De acordo com site oficial do movimento: “Este foi um dos primeiros acampamentos que temos registro na organização dos atingidos, neste período, houve lutas significativas à organização dos atingidos ganhou força mesmo durante a ditadura militar no Brasil.” (MAB, 2020).

Relacionados aos impactos socioambientais causados por grandes obras, mesmo não sendo uma obra hídrica, é importante citar as barragens de contenção de rejeitos de minérios localizadas no estado de Minas Gerais, que é considerado o maior produtor de minério do país. A citação se faz importante por ser esse exemplo considerado a maior tragédia socioambiental do Brasil.

A Barragem do Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana —MG, no ano de 2015, rompeu causando mortes e impactando o meio ambiente. Em Brumadinho— MG, ocorreu o mesmo em 2019. Em ambas, a responsabilidade pela tragédia foi a mineradora Vale. Segundo o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos a empresa foi notificada e condenada por ter cometido crime ambiental,

poluindo a Bacia hidrográfica do Rio Doce com os metais pesados, além de crimes de inundação, desabamento, lesão corporal e homicídio doloso.

O mau planejamento e o descaso com a conservação dos recursos naturais e os danos ambientais que grandes obras geram, fazem com que muitas construtoras deixem de lado as leis ambientais, descumprindo assim os princípios ambientais, em evidência o princípio da prevenção que o poder público e os particulares têm o dever de prevenir a ocorrência de prováveis danos ambientais causados por determinada obra ou atividade humana.

Dentro do arcabouço de leis ambientais que existem no Brasil, destaca-se a Política Nacional do Meio Ambiente, criada em 8 de janeiro de 1997 pela Lei nº 9.433. A Lei estabelece que a água é um bem que toda a população tem direito e por isso, seu uso deve acontecer mediante aprovação do poder público, seja estadual ou nacional. A atuação e aprovação do governo têm como objetivo controlar de forma qualitativa e quantitativa do uso das águas e fiscalizar o efetivo exercício dos direitos de acesso pelas organizações. Em uma escala menor, citamos como exemplo o caso de impacto ambiental negativo ocorrido no município de Alagoa Nova, localizada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Região Metropolitana de Esperança/PB. O rompimento da barragem de Camará, no ano de 2004, deixou seus habitantes prejudicados. De acordo com jornais da época, “moradores das cidades de Alagoa Nova, Alagoa Grande, Areia e Mulungu foram afetados causando devastação e inundando ruas da parte baixa desses municípios.” (JORNAL CORREIO, 2004).

Tal ocorrido alterou assim o modo de vida da população, que antes tinha suas vidas pacatas, para ter de conviver com o sofrimento de verem suas casas inundadas, perdendo seus bens materiais e com uma indenização que foi abaixo do esperado. O rompimento da barragem deixou pelo menos 800 famílias desabrigadas. O meio ambiente foi o mais afetado na destruição de dezenas de hectares de terras férteis, pois houve uma total modificação na paisagem mais atingida pelas águas.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) é uma autarquia federal criada para assumir o papel de comunicador das reivindicações das elites regionais nordestinas, agindo em função de agência para gerir e

intermediar políticas públicas governamentais no combate aos efeitos da seca nessa região.

O Governo Imperial nomeou uma comissão de engenheiros para estudar, no Ceará, meios de garantir água às populações da região. Pode-se, assim, remontar às origens do DNOCS. Esta comissão apresentou um relatório que propunha a construção de açudes para a retenção de águas. Um desses açudes, o Quixadá (atualmente Cedro), foi a primeira obra no Brasil utilizada para irrigação de canais, apresentando problemas técnicos de conservação dos solos e de super dimensionamento, por falta, na época, de estudos hidrológicos. Na seca ocorrida em 1915, uma grande quantidade de retirantes fixou-se de forma desordenada na bacia hidráulica deste reservatório (POMPEU SOBRINHO, 1982, p. 539).

A seca é um fenômeno natural e um problema antigo no semiárido brasileiro por não haver políticas públicas adequadas que permitissem a convivência da população moradora deste território com os aspectos climáticos inerentes a ele. Os extensos períodos de estiagem na região nordestina provocaram a devastação de várias culturas agrícolas e criações de animais, bem como dizimaram a vida de milhares de pessoas que morriam de fome pela ausência da água para a plantação e desidratados por não terem água para saciar a sede.

A seca no Nordeste brasileiro se concentra em uma área denominada como Polígono das Secas, formada pelo clima semiárido, chuva irregular e por um quadro de subdesenvolvimento socioeconômico. Uma das alternativas apontadas para a solução desse problema é a transposição do rio São Francisco, que levaria água à população que necessita desta nos momentos de estiagem, promovendo o desenvolvimento regional. “O sonho que começou nos tempos de Dom Pedro II está se tornando realidade. Após quase 16 anos do início das obras, os eixos leste e norte da Transposição do São Francisco estão concluídos.” (TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2021).

A grande obra hídrica conhecida como Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional foi uma das idéias de construção mais antigas e que, ao longo da idéia de sua construção, já foi abandonada, reformulada e proposta em contextos diferentes. Por fim, a idéia se concretizou e a transposição foi iniciada no objetivo de atenuar os efeitos da seca sobre o semiárido nordestino.

O canal Vertentes Litorâneas (conhecido como Canal Acauã-Araçagi) é uma obra que teve início em 2012 e só foi concluída em 2022. A comunidade do Sítio

Melancia, no município de Itatuba-PB, fica localizada em frente à tomada de água do canal e também da barragem local, a Barragem Argemiro de Figueiredo ou Barragem de Acauã. O projeto de integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste surge como maior investimento no campo das políticas de recursos hídricos para o Nordeste brasileiro nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Seu objetivo é garantir segurança hídrica através da integração de bacias hidrográficas a uma região que sofre com a falta de água e a irregularidade das chuvas que é a região semiárida do Nordeste. Os Estados que foram beneficiados começam a se organizar e se estruturar com obras hídricas que viabilizam a distribuição consciente de seus respectivos territórios para que possa atender as demandas de abastecimento da população.

No Estado da Paraíba, a Barragem de Acauã é o ponto inicial do Canal das Vertentes Litorâneas, um projeto de transposição de águas que prevê o transporte de até 10 metros cúbicos por segundo até o litoral norte da Paraíba. A construção do canal Acauã/Araçagi é de incentivo estadual e prevê a construção de um canal que levará água do Açude de Acauã, no rio Paraíba, para o rio Camaratuba, no município de Curral de Cima - PB, integrando assim as bacias hidrográficas existentes nesse trajeto e servindo também como incremento para as atividades desenvolvidas relacionadas ao setor agrícola.

Além das transformações físicas da obra hídrica por onde o canal passa, existem os conflitos que se dão no âmbito de uma gestão da água. As transformações econômicas, sociais e ambientais da construção desse canal são complexas, desde a construção até ao seu pleno funcionamento, colocando em risco a qualidade de vida e o modo de vida das comunidades que vivem a beira desses rios e que agora vivem desapropriados para essa grande construção hídrica.

2.1 Formação dos hidroterritórios em decorrência das obras hídricas

As bacias hidrográficas do Nordeste representam 18% das bacias brasileiras. A região ocupa o terceiro lugar, atrás apenas das regiões Norte e Centro Oeste. De Brasileiro, dividido em onze bacias hidrográficas, seis estaduais e cinco sob domínio da união.

Os debates entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão territorial são fundamentais para o conhecimento das configurações territoriais na tentativa de

entender os territórios no semiárido nordestino encarando o desafio de compreender o papel dos recursos hídricos, cuja disponibilidade é parte da própria definição de “semiárido” que se refere a regiões com pouco volume de chuvas e que tem que desenvolver métodos e recursos para passar pela fase das estiagens. É exatamente desta ação de busca que surge da idéia de hidroterritório, território em movimentos espaciais e temporais, que é a busca por territórios que tenham água para a manutenção da vida dos seres que habitam nas regiões.

Seguindo a definição de hidroterritórios desenvolvido por Torres, (2007) esses são territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude entre outras obras hídricas (Torres, 2007).

Não é possível deixar de mencionar a importância da categoria geográfica território para o entendimento das relações de poder que estão inseridas nas dinâmicas sociais e políticas pelas disputas pelo domínio do território e de seus recursos, que se configuram de diferentes maneiras e com escalas espaciais e temporais diferentes, neste sentido, a citação de Souza (1985, p. 81), esclarece o entendimento sobre o tema:

territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte —OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses odias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Os territórios são demarcados por relação de poder e, em sua maioria, está ligado ao Estado, podendo ser destruídos e modificados ao decorrer do tempo, seja em longa ou curta escala temporal. A atividade de desterritorialização pode ser estabelecida como uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento dos territórios. Haesbaert (2004) define como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos e a bens. Existem muitas concepções sobre significado de território em diversas

ciências. No alusivo à Geografia, cada pesquisador/estudante apresenta uma visão particular sobre o território, sendo esta influenciada pela realidade trabalhada por sua concepção de espaço e por seus objetivos. Dessa maneira, para Milton Santos (1999), o território deve ser visto como uma configuração territorial, que por meio dos sentidos possa se caracterizar a paisagem.

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influiu. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população.(SANTOS,1999).

É justamente desta ação de procura que resulta a formulação da idéia de hidroterritório, território em movimentos espaciais e temporais. Existem registros iniciais do século XVI, que mostram casos de secas no sertão nordestino, indicando que,por causa das condições climáticas não favoráveis, o estado sempre sofreu por esse motivo. Como método de solucionar esse problema após um longo período em que a política pública para o semiárido nordestino foi a do combate à seca.

Levando em consideração que, no Nordeste, existe uma disputa de classe na política oligárquica, que exclui os pequenos proprietários e suas famílias ao acesso a água e favorecem aos donos de terras com maior uso dessa água, os que possuíam um poder econômico maior elegiam seus representantes que aprovavam projetos em benefício das oligarquias locais, os coronéis, os senhores de terras.

O Estado brasileiro, em especial na região semiárida, tem longa tradição de intervenção de caráter centralizador e fragmentado no setor hídrico, pois as iniciativas sempre partiram de decisões governamentais de caráter unilateral e, não raro, para atender interesses pontuais, particulares ou setoriais, quer seja na construção de barragens, em projetos de irrigação, perfuração de poços ou construção de adutoras. (GARJULLI, 2003, p.1).

Os proprietários das terras passavam a ser também os donos das águas, fazendo o uso como lhes eram convenientes e controlavam quem teria acesso a elas. Durante o processo de ocupação nordestino, sempre existiu, do descobrimento até a atualidade, alguma forma de dominação baseada na posse da terra. A distinção de classes e de dominação territorial sempre foi muito clara na região. Os senhores de terras sempre obtinham riqueza através da exploração das classes desprovidas de terras e através do favorecimento das políticas públicas de desenvolvimento do território.

O valor demonstrado pelo potencial hídrico de um território fortalecido pelos avanços tecnológicos, na teoria, deveria beneficiar a comunidade local e não apenas estar a favor da concentração de poder econômico, praticado sob a astúcia de políticas eleitoreiras, e de forma a querer controlar e cabrestear a população nos lugares onde o voto é subjugado aos senhores de terras e águas do Nordeste brasileiro. Neste sentido, Garjulli (*ibid.*) afirma que:

a política hídrica para a região, em sua fase hidráulica, priorizou a construção de obras, sem garantir o uso público da água acumulada em milhares de açudes, de pequeno e médio porte, que se tornaram "privados", por estarem localizados dentro de propriedades privadas. Quanto aos grandes reservatórios, administrados por órgãos estatais, garantiu-se sua utilização pública sem, contudo, articular esta disponibilidade de água com outras políticas públicas, tais como as políticas agrícolas e agrárias, o que serviu para potencializar a capacidade produtiva de quem já era proprietário de terra, quer seja nas proximidades dos açudes ou mesmo ao longo dos vales que se tornaram perenes devido à liberação de águas desses reservatórios nos períodos de escassez.

Essa reprodução social é bastante antiga e persiste por séculos no Nordeste brasileiro. É possível apontar um desacordo pelo uso da água desde civilizações antigas até os dias atuais. Nesses cenários, surgiram alguns conflitos de cunho social, dada à viabilidade de obter água com a inserção de adutoras e canais de transposição, formando um tipo de rio artificial implementado pela técnica, para assim armazenar água. Observando o processo histórico, vemos que se trata da contínua necessidade real ou artificial que o homem tem de utilizar a água e dela obter poder sobre um território.

2.1.1 Hidroterritório de luta: atuação do MAB

Os Hidroterritórios de Luta, se caracterizam por ser espaços que apresentam uma certa resistência à mercantilização e que não reconhecem a água como mercadoria, travando assim uma luta de classe, denotados por questões de exploração econômicas e sociais (Torres, 2007)

Inserido na mobilização de luta de classe pela água está o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que teve sua atuação no início no ano de 1980 através de experiências de organização local e regional na luta pelos direitos dos expropriados por terra e água na contração da hidroelétrica de Itaipú Binacional. Ao longo de sua história, o movimento e seus representantes sempre estão enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas.

O MAB foi criado no intuito de reunir pessoas que sofreram algum impacto por consequência de uma obra hídrica. Foi transformado em organização nacional e, atualmente, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para modificar pela raiz todas as estruturas injustas da sociedade¹. Esse movimento é fruto de um longo trabalho de construção coletiva. O MAB é definido como um movimento de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem nenhuma distinção ou descriminalização. Seu objetivo é organizar os atingidos por barragens e entender como funcionava antes, durante e como vai funcionar depois da construção dos empreendimentos.

O MAB atua em todas as regiões do Brasil, atualmente em mais de 20 estados brasileiros, e em outros países como, por exemplo, México e Espanha. A sua organização funciona da seguinte maneira: ele possui uma direção nacional, coordenação nacional, coordenação regional, direção estadual, coordenação estadual e as coordenações por comunidades. O maior desafio para o movimento é criar os grupos de bases, uma coordenação de uma atingida e um atingido para coordenar um grupo de 10 famílias para facilitar os trabalhos organizativos do povo.

Na Paraíba, o MAB está atuando em três municípios e em sete comunidades: na cidade de Aroeiras, na zona rural de Pedro Velho e Riachão, na cidade de Itatuba, está dividido nos sítios Cajá, Melancia e o Morro do Macaco, em Natuba, na comunidade Água Paba e Costa. As campanhas do movimento são voltadas para que haja a efetivação dos direitos da população que foi atingida por barragem, de forma direta ou indireta. Sendo assim, as campanhas empenham-se por uma sociedade justa e igualitária, pela reforma agrária, pela segurança alimentar com alimentos saudáveis livres de agrotóxicos, pela igualdade de gênero, contra os altos preços da energia elétrica, a água e a energia com um direito humano e não como uma mercadoria.

Existem várias concepções de atingidos, elaboradas a partir daquilo que se entende como base técnica e econômica na identificação de um "atingido". Mas, antes de tudo, Vainer (2008, p.40) mostra que "a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica", ou seja, é importante ter um equilíbrio entre as questões técnicas e econômicas na delimitação da nomenclatura. Dentre as concepções discutidas pelo autor, pode-se destacar a concepção territorial-patrimonialista, na qual os atingidos são os proprietários de terra. As medidas de

negociações e reassentamento destes proprietários apresentam uma indenização das terras desapropriadas para construção da barragem e enchimento do reservatório.

Apesar de o atingido ser o proprietário da terra, o Vainer (2008) faz uma avaliação que inclui aqueles que trabalham em um pedaço de terra sob posse e que possui benefícios. Acabam assim entrando nesta idéia de atingido por serem indenizados pelo valor das benfeitorias realizadas em suas propriedades. A outra visão debatida pelo autor é a questão hídrica, no qual o atingido passa a ser o inundado, ou seja, aquele que teve suas terras tomadas pelas águas da barragem em construção. Reconhece também os não proprietários de terras, mas que nela atuam e trabalham, apesar de delinear apenas aqueles que perdem suas atividades e terras no limite do reservatório. De acordo com Vainer(2008, p.44),

A única forma de superar de maneira consistente as concepções que têm como núcleo o direito do empreendedor, e não os direitos das populações afetadas, é entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais.

Entende-se que as concepções abordadas pelo autor devem atender aos interesses dos atores da relação do conflito que se estabelece nos Grandes Projetos de Investimento, e que é preciso superá-las. Dessa maneira, as comunidades afetadas pelos grandes empreendimentos são as maiores prejudicadas destas mudanças sociais ocasionadas por agentes exteriores a eles. Por modificar as estruturas socioeconômicas pré-estabelecidas, é preciso aprofundar as discussões e propor resoluções entre os envolvidos no conflito que se instala, sendo que o Estado, representado pelas agências estatais, deve agir de maneira correta e representar o grupo social atingido. Na prática, os atingidos ainda têm de se organizar por meio de movimentos sociais para reivindicarem suas perdas. De acordo com o mapa de conflitos da Fiocruz, "a barragem de Acauã remove 4500 pessoas, instaladas em assentamentos desprovidos de condições equiparadas às dos povoados inundados." (FIOCRUZ, 2011).

A obra teve início em 1999 e conclusão em 2002, sendo uma obra do governo federal e estadual que trouxe muitos impactos à sociedade ribeirinha, impactos socioambientais que tiveram alteração no regime tradicional de uso e ocupação do

território, danos à saúde, pessoas que não receberam as indenizações do governo pelos seus trechos de terras ou casas em que a barragem invadiu.

O Açude de Acauã, localizado no município de Itatuba - PB, tinha o objetivo de reforçar o suprimento de abastecimento de água da cidade de Campina Grande e localidades vizinhas. Com uma capacidade de armazenamento de cerca de 253 milhões de metros cúbicos de abastecimento, atende aos municípios de Salgado de São Félix, Itabaiana, São José dos Ramos, Mogeiro, Pilar, Itatuba, Ingá, Juripiranga e Juarez Távora, não chegando a atender a cidade de Campina Grande, pois o volume de água só garante o abastecimento das cidades que são ligadas ao adutor.

A construção dessa barragem não foi acompanhada por nenhum mecanismo de atenuação, indenizações justas ou compensação. Ela desencadeou um processo de desterritorialização sem reassentamento para a comunidade atingida. Ressaltando que a barragem não foi construída para a geração de energia elétrica, sua construção está ligada ao abastecimento das regiões vizinhas. A problemática estendeu pelo fato de agravar problemas de diversas ordens, como o acesso às suas próprias águas, habitação, saúde, educação e políticas públicas, como as famílias seriam inseridas novamente no contexto de consumo do Rio Paraíba já que as mesmas viviam às margens para a agricultura familiar e criação de caprinos, ovinos e bovinos.

3 METODOLOGIA

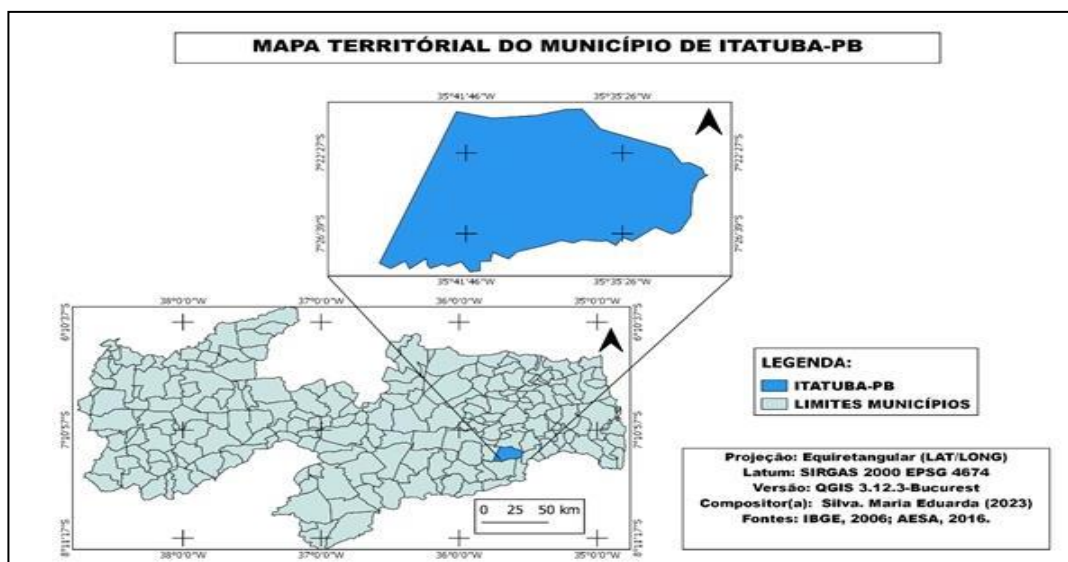
A pesquisa realizada é de caráter descritivo e qualitativo e foi dividida em algumas etapas, começando por uma revisão bibliográfica sobre os impactos causados na construção da Barragem de Acauã, fazendo análises em trabalhos acadêmicos e bibliografias que fossem relacionadas ao tema referido, sempre trazendo a atenção para os impactos sofridos pela comunidade em estudo, Sítio Melancia de Itatuba - PB.

Foi realizada uma visita ao reassentamento do MAB no ano de 2022, período da coleta de dados, das pesquisas de coletas de dados primários e secundárias e da participação em algumas reuniões do movimento a fim de vivenciar e analisar a realidade da comunidade de estudo, buscando sempre ouvi-los e aprender como eles se organizam e buscam seus direitos de forma pacífica.

Para a execução do referido trabalho, foram utilizados alguns métodos de coleta de dados, entrevistas, análises de documentos, pesquisa de campo e revisão bibliográfica. Foi feito também um contato direto com coordenação do MAB da cidade de Itatuba, representado por Osvaldo Bernardo e Aline Araújo, que explicaram e mostraram a realidade e os desafios dos atingidos e atingidas.

O sítio Melancia situa-se na cidade de Itatuba, fica a 9,3 km do centro urbano do referido município, o Açude Argemiro de Figueiredo popularmente conhecido como Barragem de Acauã (figura 1). A barragem tem capacidade de armazenamento de cerca de 253 milhões de metros cúbicos de água.

Figura 1: Mapa de localização do Município de Itatuba–PB.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Identificação dos impactos da construção da barragem de Acauã no Sítio Melancia – PB

Após a construção da barragem de Acauã, em 2002, cerca de 800 famílias atingidas não tiveram assistência por parte do governo estadual. Muitas delas não foram indenizadas da maneira que deveriam, ficando apenas com valores irrisórios do que deveria ter sido pago, tanto no âmbito econômico, que seria útil para a reestruturação das famílias, como no social, que seria a estabilidade no novo ambiente em que as famílias foram inseridas. Sendo assim, surgiu um conflito entre o Estado e os moradores do sítio Melancia. As precárias condições de moradia, levaram a uma convivência precária entre os moradores, sendo as novas moradias do tipo casa de placa, construída como forma de pagamento pelas casas inundadas.

A construção da barragem deu início no ano de 1999, sua inauguração no ano de 2002 (figura 1, 2), e a sua primeira sangria foi registrada no ano de 2004 (foto 4), após dois anos de inauguração. Naquele ano, cerca de 4.500 pessoas foram obrigadas a se deslocar de suas terras, perderam seu chão, sem ter tempo de tirar os restos mortais de seus entes queridos que faziam parte da antiga vila agora inundada e onde estava localizada o cemitério local. Surgiu na comunidade na comunidade (foto 3) uma insegurança, instabilidade e foram forçadas a viver juntas por imposição do espaço físico, mas afastadas em suas diferenças culturais. No que se refere à realidade social, Teves (1992, p.17) afirma que: “cada realidade social é dotada de uma inteligibilidade própria, permeando normas, interesses coletivos, valores, princípios morais, enfim, a vida coletiva dos indivíduos”.

No ano de construção da barragem, a comunidade não estava organizada e não possui um entendimento político coletivo dos problemas que enfrentariam ao ser retirado do seu território para ser inserido em um outro espaço sem as marcas de vivência e convivência que possuíam. Neste sentido, é perceptível que os movimentos estratégicos para preservação da vida das gerações presentes e futuras, que expressam a necessidade de equacionar a problemática da equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica, sendo estes “movimentos de resistência hídrica”, são de grande importância, pois colabora para formação de uma resistência, que segundo Ferreira (2004), a resistência pode ser a força que defende

um organismo do desgaste de doença, cansaço, fome, etc.” Este é justamente o motivo do levante contra estas “firmas” e contra o Estado, patrocinado desta “invasão” institucionalizada em favor do grande capital, mas em detrimento dos interesses das populações local.

Figura 1 –Fase de construção da barragem.



(Fonte: Acervo pessoal)

Figura 2- Fase de construção da barragem



(Fonte: Acervo pessoal)

A retirada forçada de um povoado de suas origens, não apenas desestruturam seu referencial econômico, político e cultural dos habitantes daquela localidade, mas dá ênfase ao sentimento de perda da origem, sabendo que nunca mais aquelas pessoas poderão ter acesso as suas lembranças, seja uma rua ou uma praça. Sempre que observar o espaço que foi modificado e perceber que o local foi transformando de forma definitiva, a relação da sociedade como meio ambiente fica comprometida.

Figura 3- Algumas casas de placa.



(Fonte: Acervo pessoal)

Figura 4- Sangria da barragem.



(Fonte:Acervo pessoal)

A nova vila onde eles foram inseridos não tinha nenhuma estrutura para comportá-los: antes, eles contavam com escolas, cemitérios e comércios, porém, no novo lugar que eles estavam, não havia nenhuma condição de vivência, sendo eles obrigados a procurar as assistências necessárias na cidade ou até mesmo, por falta de recursos, sendo obrigados a conviver com a nova realidade.

Por esses motivos, uma parte do grupo, vendo as condições que lhe restaram, foram atrás de melhorias. Foi assim que o MAB começou a atuar no município, requerendo não só as casas dignas, mas as suas terras que não foram colocadas em questão, terras estas onde antes eles tinham para plantar e criar animais, mas que as perder por falta de espaço na nova vila e por não terem sido cedidas para continuar tal prática.

4.2 Hidroterritório de luta

Ao longo dos anos, a comunidade nunca mais foi a mesma após a construção da barragem de Acauã. Já se passaram 21 anos da inauguração até os dias de hoje. Na linha do tempo das conquistas do MAB dentro do sítio Melancia, podemos destacar que uma das primeiras iniciativas de mobilização popular foi a organização e estruturação do grupo com a finalidade de mitigar os impactos a pequeno e longo prazo. Sempre aconteciam reuniões e assembleias com o intuito de criarem pautas para que pudessem ser atendidos a fim de tentar recuperar um pouco do que se foi perdido.

Após esse passo, o movimento foi se estruturando e ganhando força. O primeiro resultado concreto dos atingidos começou com o pagamento de indenizações para uma parte da população, um pouco antes da inauguração, no ano de 2002. Os atingidos se organizaram através de protestos nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, denunciando o descaso governamental e exigindo a outra parte da indenização prometida e melhores condições para o trabalho e a vida (fotos 5 e 6).

A terra e água são Para Galvez (2004, p.48) “necessidades primárias são as que dizem respeito à satisfação do mínimo vital que assegura a manutenção da vida humana”. É preciso deixar evidenciado que apesar da população está próximo da barragem, eles possuem dificuldades de ter acesso a água. Então, além de ter

comprometido o seu lugar de moradia, também comprometeram o seu direito ao uso da água.

Figura 5 - Famílias atingidas pela barragem de Acauã, na Paraíba, organizadas no MAB, conseguem terra para reassentamento após mais de 18 anos de luta.



(Fonte:Arquivo MAB.)

Figura 6 - Em 2005, as famílias atingidas marcharam de Campina Grande a João Pessoa, capital da Paraíba .Foram mais de 130km em luta



(Fonte:ArquivoMAB.)

O objetivo do movimento sempre foi buscar melhorias e condições dignas de moradia voltadas para as atividades de plantio e criação de animais de pequeno porte. No ano de 2020, as famílias enfim, após 18 anos de luta, conseguiram terras para o reassentamento (figura 7). Essa conquista foi muito almejada pelos atingidos e atingidas a fim de recuperar um pouco do que lhe restou. Os terrenos eram equivalentes a cinco áreas rurais com cerca de 330 hectares destinados a pelo menos 100 famílias (MAB 2022).

Figura 7- Primeira ocupação na luta pela terra e do reassentamento, na fazenda Mascate, município de Itatuba, em 2009.



(Fonte: Arquivo MAB.)

O projeto Agrovila Águas de Acauã é uma reparação histórica para as famílias que foram impactadas com a construção da barragem de Acauã. O hidroterritório de luta inicia a conquista dos seus direitos, com a ação do MAB surgiu um acordo como Governador do Estado João Azevedo (figura 8 e 9).

Assinado pelo governador João Azevedo, o Decreto nº 40.520, de 9 de setembro de 2020, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, três imóveis rurais e parte de outros dois imóveis rurais destinados à construção da agrovila Águas de Acauã, localizada na zona rural do município de Itatuba. Conforme o decreto, as referidas áreas de terras limitam-se entre si em extensões apuradas por rigoroso laudo técnico topográfico e, quando lembradas, compreenderão uma área de 330,0131 hectares. A desapropriação é de natureza urgente, para efeito de imediata imissão na posse das áreas declaradas de utilidade pública. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, 2020).

Figura 8 - Em reunião com governo da Paraíba, andamento da construção



da Agrovila foi discutido com atingidos

(Fonte:FranciscoFrança,2023)

Figura 9- Atingidos e atingidas entregam produção de agrovila para o governador.



(Fonte:FranciscoFrança,2023)

É importante mencionar mesmo com a conquista mencionada o MAB segue sendo a resistência ao capital e ao Estado que busca com diferentes estratégias

expropriar os trabalhadores do acesso a terra e a água. Apesar dos embates e enfrentamentos políticos, o atual governador do estado da Paraíba, João Azevêdo, destaca a importância do projeto como reparação histórica na vida de quem teve seus direitos violados. Para Osvaldo Bernardo, coordenador do MAB na Paraíba, em uma das reuniões como governador, afirma que esse diálogo entre o movimento e o governador é algo histórico e necessário, momento esse que a liderança e atingidos esperaram por cerca 20 anos para acontecer. No ano de 2022, foi assinada a ordem de serviço (figura 10).

Figura 10- O governador João Azevêdo assina, em Itatuba(PB), a ordem de serviço para a construção da Agrovila Águas de Acauã.



(Fonte: Francisco França, 2022).

Destacamos a fala do Osvaldo Bernardo, coordenador do MAB na Paraíba:

“Estamos conquistando dignidade para o povo e além das moradias das famílias, está prevista a construção de escola, galpão e campo de futebol, a perfuração de poços artesianos e implementação de um sistema de abastecimento de água e energia”.

Por isso, de acordo com Osvaldo Bernardo, a criação da agrovila é apenas o início da reparação. “Nós vamos continuar a luta para que sejam executadas as ações de infraestrutura, como a criação de poços artesianos, e outras coisas” (MAB 2022). Para Souza (1995) os territórios são construídos e desconstruídos socialmente, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Tal poder pode estar configurado na ação social coletiva que levou a população do sítio Melancia, organizada com a MAB, a construção de um novo hidroterritório ou um território de resistência.

5 CONCLUSÃO

Diante desse trabalho, foi possível examinar que no semiárido do Nordeste brasileiro, por ser uma região que sofre com escassez de água, precisa que seus governantes invistam em obras hídricas com a finalidade de represar água para o abastecimento da população, porém essas grandes obras afetam diretamente as comunidades ribeirinhas, deixando-as em situação de vulnerabilidade e com problemas em decorrência dessas construções.

Dentro desse panorama, é perceptível que, mesmo com os estudos preliminares realizados antes desse projeto, os danos e impactos e as reais consequências de tais obras só serão conhecidas de fato após sua conclusão. Podemos considerar que o benefício desse projeto da barragem foi a possibilidade de distribuir água para as cidades que foram planejadas, porém os atingidos foram os que mais sofreram, restando apenas as lembranças dos seus locais de vivência e tendo que conviver com angústia e o sentimento de ter perdido seu local de origem e ter seus direitos violados.

Visto que todos os envolvidos perderam suas casas, propriedades e até mesmo o meio de sobrevivência, ficando à mercê da situação conflitante na região e ainda nas mãos dos governantes, além de lidar com o descaso público pela falta de estrutura para onde eles foram direcionados, foi aí que começou a atuação do MAB na região e a sua importância para mobilização coletiva de luta e por fim a conquista de um espaço de produção.

Hoje, o movimento ganhou espaço e, aos poucos, as medidas solicitadas desde o início da edificação da barragem estão sendo atendidas. Tais solicitações foram feitas para mitigar os impactos recebidos ao longo dos anos. Além disso, houve também os danos ambientais decorrentes da construção da barragem, pois grande parte da construção acabou interferindo no equilíbrio da natureza e fez com que a população ribeirinha sofresse com a obra e com a natureza também foi violada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 40.520, de 9 de setembro de 2020. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, PB, n. 17.197, 10 de setembro de 2020. Seção I, p.5. Disponível em:

<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivodigital/doe/janeiro/setembro/diario-oficial-10-09-2020.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

COELHO, Maria Célia Nunes. *Impactos ambientais em áreas urbanas: Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa*. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 19-45.

FERREIRA NETO, Michele; SILVA, Paulo César Mendes da; PEREIRA, Ronildo Alcântara. Impactos sócio ambientais causados pela construção de barragem: estudo de caso Acauã —PB. **RevistasCire**, Campina Grande, v. 01, n. 1, p.1-10, ago. 2012.

GARJULLI, R. Os recursos hídricos no semiárido. **Ciência e Cultura**. v.55, n.4, São Paulo, out./dez. 2003.

GALVEZ, C. (2004, p.48) Manual de economia política atual. 15 ed. Revisada e atualizada por Galeno Lacerda. Rio de Janeiro. Forense Universitária.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

POMPEU SOBRINHO, T. **História das secas (século XX)**. 2.ed. Rio Grande do Norte: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, 1982. 539 p. (Coleção Mossoroense, 225).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes. *O território*: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 81.

TORRES, A. T. G. Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Paraíba. 2007.

TOMMASI, Luiz Roberto. **Estudo de Impacto Ambiental**. São Paulo: CETESB: Terragraph Artes e Informática, 1993. 354p.

VAINER, C.B. *Conceito de "Atingido": Uma Revisão do Debate*. In: ROTHMAN, F.D. (Ed.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRASIL, 2008. TRANSPOSIÇÃO São Francisco. **Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional** <https://www.gov.br/mdr/transposicao-sao-francisco>. Acesso em: 14 abr. 2023.

Jornal da Paraíba. BARRAGEM de Acauã não pode abastecer Campina Grande. **Jornal da Paraíba**, 2015. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2015/07/23/barragem-de-acaua-nao-pode-abastecer-campina-grande. Acesso em: 26 dez. 2022.

Jornal Correio. NOVA Barragem de Camará chega 12 anos após tragédia com 800 famílias sem teto. **Portal Correio**, 2016. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/nova-barragem-de-camara-chega-12-anos-apos-tragedia-com-800-familias-sem-teto/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz (2011). BARRAGEM de Acauã remove 4500 pessoas, instaladas em assentamentos desprovidos de condições equiparadas às dos povoados inundados. **Mapa de Conflitos: Injustiça ambiental e saúde no Brasil – Fio Cruz**, 2011. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pb-barragem-de-acaua-remove-4500-pessoas-instaladas-em-assentamentos-desprovidos-de-condicoes-equiparadas-aos-povoados-inundados/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MAB - **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB**. LINHA do Tempo. Disponível em: <https://mab.org.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MAB - **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB**. QUEM somos? Disponível em: <https://mab.org.br>. Acesso em 04 nov. 2022.

NOGUEIRA, Danielle. Brasil tem um conflito por água a cada 2 dias. Agência O GLOBO. **Revista eletrônica**. Disponível em <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 04 nov. 2022.

Revista Conexão Água. ATUAÇÃO Estratégica por Bacia Hidrográfica. **Conexão Água**, 2018. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/atuacao-estrategica/por-bacia-hidrografica>. Acesso em: 22 abr. 2023.